

A luta dos seringueiros e a criação das reservas extrativistas: os trabalhadores da borracha numa perspectiva histórica

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho ¹

Durante muito tempo, a atividade de coleta do látex da seringueira² com o intuito de transformá-lo em borracha foi realizada somente por algumas comunidades indígenas. No ano de 1736, a borracha foi anunciada pelo pesquisador francês La Condamine, que descreveu seu uso por nativos do rio Solimões. Seu valor comercial, entretanto, veio a adquirir importância somente em 1839, ano em que Charles Goodyear descobriu o processo de vulcanização da borracha, processo este que conferiu maior durabilidade e resistência ao material. Deste modo, a borracha passou a ser absorvida pela indústria no decorrer da denominada Segunda Revolução Industrial, sobretudo pela indústria automobilística, que a popularizou no início do século XX.

Os primeiros seringueiros, aqueles trabalhadores que retiram o látex da seringueira, chegaram à Amazônia na década de 1870. Oriundos do Nordeste, milhares de indivíduos escaparam da seca em direção à Amazônia, terra considerada superabundante e inabitada. Quando chegaram, no entanto, se depararam com diversos povos indígenas que viviam de forma harmoniosa com a natureza, e entraram em confronto para poderem se estabelecer nos seringais. Além disso, estes retirantes envolveram-se num regime de intensa exploração do trabalho, realizada pelo seringalista (o senhor dos seringais), que os escravizava inserindo-os num círculo vicioso de dívidas. Deste modo, o sonho de voltar com uma boa quantia de dinheiro à terra natal se tornava uma utopia inatingível.

Um seringal é formado por várias colocações, e cada uma destas, por sua vez, são compostas por uma humilde casa construída numa pequena clareira com produtos da floresta e adaptada à vida amazônica, e pelas estradas de seringa – trilhas que passam entre as cerca de 150 seringueiras de cada colocação. O seringal ainda possui um barracão, onde são vendidos gêneros alimentícios e demais produtos aos seringueiros a preço de ouro. O sistema formal deste tipo de venda, que culmina na escravidão por débito, é denominado de aviamento. Além disso, os seringueiros eram proibidos de desenvolver qualquer tipo de atividade que os desviassem da coleta do látex, mesmo que esta se destinasse à sua subsistência; eles também deviam pagar um “aluguel” pela utilização das estradas de seringa e entregar parte de sua produção ao seringalista. A grande maioria dos seringueiros era composta de analfabetos, que mal podiam perceber as trapaças do patrão com a contabilidade, e, aqueles que questionavam as contas do patrão sofriam coação pela violência, sendo muitas vezes queimados vivos com a borracha sobre eles.

Este período, que vai do final da década de 1870 até o início da década de 1910, ficou conhecido como o “primeiro ciclo da borracha”. Ao longo destes anos a borracha se tornou o segundo produto no ranking de exportação do país, perdendo apenas para o café, e as cidades de Belém e Manaus passaram por grande modernização, sendo a construção do ostentoso teatro de Manaus o maior legado da opulência deste período. Os barões da borracha auferiram grandes lucros, enquanto que os seringueiros permaneciam endividados. O renomado escritor Euclides da Cunha percorreu, no ano de 1905, mais de três mil quilômetros pelo Rio Purus, e teve a oportunidade de presenciar e registrar as mazelas enfrentadas por estes trabalhadores da borracha.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UFSCar, mestre em Sociologia pela FCLAR (UNESP).

² A seringueira é uma árvore da família das Euphorbiaceae (*Hevea brasiliensis*), originária da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, onde existia em abundância e com exclusividade. O látex é encontrado na secreção esbranquiçada produzida por algumas plantas, dentre elas a seringueira, quando seus caules são feridos, e tem como função, uma vez consolidada com a oxidação, provocar a cicatrização do tecido lesado.

Após período de grande apogeu, o mercado da borracha entra em crise. No ano de 1875, o botânico inglês Henry Wickman, a serviço do império britânico, coletou milhares de sementes de seringueiras no vale do Tapajós e as enviou ao Jardim Botânico de Londres. Estas sementes foram germinadas e então introduzidas nas colônias britânicas da Ásia, dando início ao processo de multiplicação da *Hevea brasiliensis* no sudoeste asiático, sobretudo na Malásia. Este episódio, que pode ser considerado como um dos primeiros casos de biopirataria da história, acabou culminando no declínio da economia da borracha no Brasil, pois a produção daqui não conseguiu atingir as elevadas quantidades e os baixos preços da Ásia.

Ao passar por algumas décadas de ostracismo, o advento da Segunda Guerra Mundial provocou a revalorização da borracha nativa da Amazônia mediante o domínio japonês sobre as plantações asiáticas, o que acarretou no bloqueio das exportações da borracha para seus inimigos. Em decorrência disso, o governo dos Estados Unidos estabeleceu uma parceria com o governo brasileiro no intuito de tentar garantir o abastecimento de borracha que sua economia necessitava. Neste momento, tem início o “segundo ciclo da borracha”, que, mais curto, durou aproximadamente quatro anos, de 1942 a 1945.

No entanto, após o fim do primeiro ciclo da borracha, os seringais estavam abandonados e havia neles uma quantidade muito inferior de trabalhadores do que a demanda norteamericana necessitava. A solução que o governo de Getúlio Vargas encontrou para isto previa sanar três problemas: produzir borracha suficiente para atender a demanda externa, povoar a Amazônia (que sempre foi vista, pelos governantes, como um verdadeiro vazio demográfico) e resolver a crise camponesa que se instalara na região Nordeste em virtude da grave seca. Isto resultou numa forte campanha, empreendida pelo governo federal e denominada de “Batalha da Borracha”, que tratou de recrutar milhares de nordestinos, sobretudo cearenses, para trabalhar nos seringais amazônicos. Estes trabalhadores eram alistados pelo recém criado SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), com sede em Fortaleza (CE), e ficaram conhecidos como “soldados da borracha”. Somando-se a isto, o Estado Novo de Vargas criou, visando dar suporte à Batalha da Borracha, alguns programas, tais como o SAVA (Serviço para o Abastecimento do Vale da Amazônia) e o Banco de Crédito da Borracha.

Os trabalhadores que rumaram à Amazônia, quando sobreviviam (muitos deles morreram por causa da malária, febre amarela, hepatite, dentre outras coisas), terminavam presos no mesmo sistema de escravidão por dívida que seus antigos conterrâneos. Todos os benefícios e investimentos aplicados na produção da borracha pelos Estados Unidos e o suporte oferecido pelo governo brasileiro acabou nas mãos dos seringalistas (isso quando excetuado aquele dinheiro desviado por alguns gestores públicos), que pretendiam alcançar os lucros do primeiro ciclo da borracha.

Com o fim da guerra os investimentos na produção da borracha foram dissipados, o que ocasionou o declínio da atividade, mais uma vez, nos velhos e ineficientes seringais amazônicos. A falta de visão das classes dominante e política, que ignoraram o fomento de qualquer plano efetivo de desenvolvimento sustentado na região, impossibilitaram a concretização desta atividade econômica. Após mais este declínio, a atividade nos seringais permaneceu estagnada, e, aos poucos, os seringueiros foram se unindo para combater o perverso regime de exploração no qual estavam inseridos. Em meados da década de 1960 e início de 1970, por exemplo, os seringueiros conseguiram eliminar o aluguel das estradas de seringa e adquirir o direito de cultivar produtos para sua subsistência em alguns seringais. A partir da década de 1960, entretanto, com o advento do golpe militar, a situação sofre uma reviravolta com a eminente chegada do “progresso” na região.

A CHEGADA DO “PROGRESSO”

Os militares chegam ao poder em 1964 e voltam seus olhos para o Norte do país com a justificativa de o Brasil estabelecer ali sua presença, tomar posse real de seu território, proteger suas fronteiras, recolher suas riquezas e levar o desenvolvimento àquela região. O interesse do governo federal pela Amazônia havia surgido, de forma mais contundente, quando Getúlio Vargas, ao

decretar o Estado Novo (1937-1945), tratou de observar o Brasil em toda sua dimensão no sentido de promover uma unificação nacional. Juscelino Kubitschek, que governou o país de 1956 a 1961, estabeleceu a dispendiosa tarefa de alterar a distribuição de colonização do Brasil, onde a grande maioria da população vivia na região costeira. Após colocar em prática o plano de deslocar a capital federal do Rio de Janeiro para o planalto central, Kubitschek iniciou o projeto de construção da estrada Belém-Brasília, cuja inauguração previa por fim ao isolamento em que a Amazônia sempre esteve.

Entre 1966 e 1967 uma série de atos, conhecidos como Operação Amazônica e cujo lema era “Integrar para não Entregar”, teve início, de acordo com Alex Schoumatoff³, com um elaborado programa de construção de estradas, além de um programa de colonização. Criações como a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), o BASA (Banco da Amazônia S/A) em substituição do antigo Banco de Crédito da Borracha, e de polpidos incentivos fiscais para a indústria e agropecuária, fizeram parte da estratégia utilizada pelo governo federal para incluir a região Amazônica à ordem moderna.

O plano do governo militar de estabelecer ao longo das estradas construídas na Amazônia famílias provenientes do sul do país, onde a questão agrária tornava-se problemática e, sobretudo, do nordeste, região que abrigava um grande número de flagelados em decorrência da presença do latifúndio e da seca, veio a fracassar pouco tempo depois de instaurado. Com o objetivo inicial de assentar 100.000 famílias na Região Amazônica (sendo 75% oriundas do nordeste), verificou-se, em 1980, que somente oito mil famílias haviam se estabelecido nos lotes do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ao longo da rodovia. Além disso, a maioria dos imigrantes era oriunda do Sul do país, com hegemonia paranaense, e menos de um terço dos colonizadores provinha do nordeste.

Este fracasso deveu-se, sobretudo, a pobreza do solo amazônico, que dificulta sobremaneira a prática da agricultura, a ausência dos benefícios e infra-estrutura prometida pelo governo e a perseguição por parte dos grandes latifundiários, tudo isso somado às dificuldades próprias da região, como o alto risco de contrair malária por exemplo. Ao invés de pequenos proprietários, as terras amazônicas passaram a ser ocupadas, principalmente, por fazendeiros e grandes empresas que visavam obter lucro da forma mais fácil e rápida possível. Deste modo, ao propiciar lucro fácil, a especulação fundiária foi largamente utilizada. Os beneficiários teriam que demonstrar à Sudam a utilização produtiva da terra antes que esta lhes fornecesse o título definitivo de propriedade, e a maneira mais barata e prática de fazer isso era derrubar as árvores, queimar o terreno, semear grama e soltar ali algumas cabeças de gado. Com o título de propriedade em mãos e a estrada finalizada, podia-se vender a terra por um valor muito superior àquele aplicado, obtendo-se altas taxas lucro.

Um dos recursos mais importantes utilizados pelo governo para atrair gente para a Região Amazônica, lado a lado ao incentivo à iniciativa privada, foi, segundo Andrew Revkin⁴, a construção de uma enorme rede de estradas. Ao mesmo tempo em que propiciou a abertura das portas do progresso, a construção das estradas também cedeu espaço ao desmatamento e à violência. Na medida em que a construção das estradas avançava, uma série de mazelas surgia: desmatamento, invasão de terras indígenas, especulação fundiária, queimadas intensas e expulsão, por meio da violência, daqueles que ocupavam a área há bastante tempo e conviviam com a natureza de forma pacífica. Este efeito ficou bastante claro no caso de Rondônia, pois, quando alcançou este Estado, a BR-364 trouxe consigo um rastro de devastação jamais visto na região Amazônica.

Nesta época, endividados com os Bancos e sem esperança de voltar a lucrar com a borracha, os seringalistas ficaram vulneráveis à nova política do governo militar. Mediante a criação de vários programas para incentivar os fazendeiros a expandir projetos agropecuários na região, grande parte dos seringalistas vendeu as terras que estavam sob seus domínios, terras estas que seriam fatalmente

³ SHOUMATOFF, Alex. **O mundo em chamas – a devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes**. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

⁴ REVKIN, Andrew. **Tempo de Queimada, Tempo de Morte – O Assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990.

transformadas em pasto. Inicialmente, os novos donos encontraram os seringueiros na condição de posseiros e recorreram à violência para expulsá-los da terra. As famílias eram retiradas da floresta com a conivência (e algumas vezes até o auxílio) de policiais e funcionários da justiça, enquanto que políticos, órgãos federais e imprensa permaneciam omissos.

A partir de 1970 e ao longo dos anos, as grandes fazendas e a devastação ao longo da BR-364, que ia de Cuiabá até o Acre, espalharam-se de forma perversa. Conforme assinala Javier Moro⁵, no contexto de “recolonização” do Acre, com sua abertura à modernidade, muitos seringueiros pensaram que tempos melhores viriam, que sairiam do esquecimento, que a sociedade brasileira saldaria sua dívida para com eles, ou pelo menos a reconheceria e, deste modo, os ajudaria a se adaptarem aos novos tempos.

Mas não foi assim que aconteceu. Os fazendeiros começaram a chegar ao Acre assim que a rodovia foi completada, atraídos pelo plano do governador Wanderley Dantas, que pretendia mudar a base econômica do Estado de borracha para gado. Os seringueiros, que constituíam quase a totalidade da população rural e sobreviviam do extrativismo da floresta há mais de cem anos, teriam que simplesmente abrir caminho ao progresso (SHOUMATOFF, 1990). Expulsas dos seringais, muitas famílias atravessaram a fronteira para a Bolívia e outras se mudaram para as cidades acreanas, onde passaram a viver de subemprego e se amontoar em áreas periféricas que não possuíam infra-estrutura básica.

Alguns seringueiros, no entanto, resistiram de forma tenaz aos desmatamentos para formar pastagens. Estes trabalhadores que, segundo o descreve Mauro Almeida⁶, sobreviveram ao colapso do primeiro ciclo da borracha anterior à Primeira Guerra Mundial, atravessaram o período entre as guerras tornando-se camponeses e resistiram à tentativa de reproletalizá-los sob o comando norte-americano no período posterior à Segunda Guerra Mundial, sempre enfrentando seus patrões em busca por melhores condições de trabalho e qualidade de vida, agora se uniam em um movimento e articulavam alianças para salvar a floresta e os povos que nela vivem.

O MOVIMENTO DOS SERINGUEIROS

Em 1975, momento em que a repressão do latifúndio começava a dominar a região, surgiram os primeiros sindicatos, implementados pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). No ano anterior João Maia, representante da CONTAG, chegou ao Acre com o intuito de organizar trabalhadores para a fundação de sindicatos. Contando com importante apoio da Igreja Católica, o primeiro sindicato é criado na cidade de Sena Madureira, no início de 1975, e, no final deste mesmo ano, foi fundado outro em Rio Branco, capital do Estado. Foi no sindicato da pequena cidade de Brasiléia, entretanto, fundado em fins de 1975, que a luta dos seringueiros fermentaria e onde ganhariam destaque dois de seus principais líderes, Wilson Pinheiro e Chico Mendes.

A mobilização dos seringueiros para barrar os desmatamentos encontrou sua forma de luta mais eficiente no movimento dos “empates”. Conforme relata Chico Mendes em sua entrevista à Cândido Grzybowski⁷, o empate é uma forma pacífica de resistência, onde a comunidade se organiza sob a liderança do sindicato e, em mutirão, se dirige à área que será desmatada pelos pecuaristas colocando-se diante dos peões e jagunços para pedir que não desmatem e que se retirem do local.

O primeiro empate aconteceu em março de 1976 num seringal nas cercanias de Brasiléia, e, deste período até dezembro de 1988 (mês em que assassinaram Chico Mendes) foram realizados 45 empates, com um saldo de 30 derrotas e 15 vitórias. Embora os empates tenham sucesso num

⁵ MORO, Javier. **Fronteiras de sangue – a saga de Chico Mendes**. São Paulo: SCRITTA, 1993.

⁶ ALMEIDA, Mauro Barbosa W. **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>. Acesso: 06/06/2011.

⁷ GRZYBOWSKI, Cândido. **O Testamento do Homem da Floresta – Chico Mendes por ele mesmo**. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1989.

primeiro momento, impedindo o desmatamento imediato, Chico Mendes atesta que o fazendeiro recorre a uma ordem judicial e, com apoio das forças policiais, acaba executando o desmatamento.

Ao mesmo tempo em que a mobilização dos trabalhadores camponeses cresce, a violência por parte dos fazendeiros é intensificada. De acordo com Moro (1993) e Revkin (1990), os empates fizeram com que os fazendeiros buscassem outras táticas; ao invés de intimidarem os lavradores e seringueiros nas florestas, passariam a combater o movimento eliminando seus líderes. A partir de 1975, o número de assassinatos no campo passa a ter um crescimento vertiginoso. Wilson Pinheiro foi vítima dessa violência, tendo sido assassinado na sede do sindicato de Brasília em julho de 1980.

Posteriormente, a partir de 1985, a violência no campo aumenta ainda mais com fundação da UDR (União Democrática Ruralista). Esta entidade de classe, sobretudo da elite agrária, notabilizou-se, como aponta Sonia Mendonça⁸, por inserir a violência no jogo político. Possuindo como adversários todos aqueles empenhados no apoio à reforma agrária, bem como setores da Igreja católica denominados por eles de “clero progressista” e políticos de esquerda, a UDR era frequentemente envolvida com a compra de armamentos e a formação de milícias privadas visando responder violentamente à invasão de terras.

Após a morte de Wilson Pinheiro a luta passa a se concentrar na cidade de Xapuri, cujo sindicato havia sido inaugurado em 1977, e na liderança de Chico Mendes. Preocupado com a questão da educação⁹ nos seringais há bastante tempo, Chico Mendes, juntamente com a antropóloga Mary Helena Allegretti, implementam o Projeto Seringueiro no ano de 1981. Este projeto corresponde a um trabalho de educação popular que foi elaborado por pessoas ligadas a Paulo Freire e por pessoas do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), e contou, inicialmente, com recursos financeiros provenientes da OXFAM (em português, Comitê de Oxford de Combate à Fome). Baseado na realidade vivida pelos seringueiros, o trabalho de alfabetização popular desenvolvido pelo projeto procurou fortalecer o processo de despertar a consciência destes trabalhadores.

Por volta de 1985, segundo Almeida (2004), os empates haviam passado para a defensiva, não conseguindo mais responder à escalada das queimadas e da violência. Por esta razão, prossegue o autor, Chico Mendes começou a buscar apoio e aliados externos, recorrendo cada vez mais a táticas de ação direta e com alta visibilidade, sempre de forma pacífica. No início deste ano, com o apoio de Mary Allegretti e financiamento de algumas agências (dentre elas a OXFAM), seringueiros de distintas partes da Amazônia foram até Brasília para participar do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros.

Já neste primeiro encontro foram criadas as bases para o CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), que foi sendo instituído aos poucos. Almeida (2004) conta que este conselho foi criado como forma de protesto por parte dos seringueiros uma vez que eles não conseguiram participar das reuniões do Conselho Nacional da Borracha, grupo que representa o elo mais forte da cadeia de produção da borracha. No documento final do encontro foi mencionada pela primeira vez, segundo o próprio Almeida (2004), a expressão “Reservas Extrativistas” (RESEX), cunhada por um grupo de trabalho formado por representantes de Rondônia que procurou fazer uma analogia às reservas indígenas.

RESERVAS EXTRATIVISTAS – UMA REFORMA AGRÁRIA SUSTENTÁVEL

Pouco tempo após o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, logo no início de 1986, uma comissão de índios e seringueiros, organizada pelas lideranças indígenas e pelo Conselho

⁸ MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁹ Durante muitos anos, desde quando tem início o sistema de trabalho no seringal, não era permitido a criação de escolas uma vez que os seringalistas, visando uma maior quantidade de lucro, preferiam que os seringueiros permanecessem incultos, de modo a facilitar a exploração sobre eles, e que seus filhos os ajudassem a colher látex ao invés de permanecer na escola.

Nacional dos Seringueiros, vai à Brasília reivindicar seus direitos. Neste momento começa a se fortalecer o movimento de “aliança dos povos da floresta”, que, tendo sido idealizado por Chico Mendes, propõe a união dos índios e dos seringueiros para lutar em favor da preservação da floresta Amazônica. Estas duas categorias, que viveram em conflito por muitos anos, se encontraram, segundo Grzybowski (1989), com vários ministérios e órgãos na capital federal, e, unidas, criaram o primeiro grupo de trabalho para discutir e aprofundar a questão da Reserva Extrativista na Amazônia.

Conforme propõe o CNS¹⁰, a criação de Reservas Extrativistas realça a junção entre a questão fundiária e a questão agro-ecológica, propondo novos critérios no apossamento da terra, centrado no uso sustentado dos recursos naturais. Assim, pode-se afirmar que o programa de RESEX para a Amazônia é parte de um modelo de desenvolvimento sustentável que respeita as especificidades da região. Somente o Governo Federal pode criar uma Reserva Extrativista, uma vez que se trata de reforma agrária, e sua definição a compreende na qualidade de terra da União sobre a qual os trabalhadores possuem o direito de usufruto.

O Conselho Nacional dos Seringueiros, cujo Estatuto o define como uma associação civil, sem subordinação partidária ou sindical, em que os membros poderiam ser “trabalhadores extrativistas” no sentido mais amplo do termo (ALMEIDA, 2004), incluiu, neste mesmo documento, a criação das Reservas Extrativistas como sendo objetivo da organização. Tanto o CNS quanto as RESEX ganharam bastante expressão nos cenários nacional e internacional, sendo amplamente debatidas por diferentes setores sociais (governamentais, não-governamentais, partidos políticos, universidades, instituições de pesquisa e movimentos sociais) que passaram a dar visibilidade aos seringueiros, que haviam permanecido invisíveis por muito tempo. Assim, conforme afirma Almeida (2004), em vinte anos, os seringueiros passaram da invisibilidade à posição de paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular.

Esta visibilidade internacional se deve à figura de Chico Mendes. Contando com aliados, especialmente Mary Allegretti, Adrian Cowell (cineasta de “*The Decade of Destruction*”) e Stephan Schwartzman (diretor do *Environmental Defense Fund*), Chico Mendes inicia sua carreira internacional no ano de 1987.

Em março ele viaja a Miami para denunciar, no Encontro Anual do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), a devastação da Amazônia e a violência praticada contra os seringueiros que vinha sendo acarretada por projetos financiados pelos bancos multilaterais. Logo em seguida, em Washington, Chico Mendes se encontra com o senador Republicano Robert Kasten Jr. para pedir a suspensão da pavimentação da BR-364, o que de fato acontece cerca de um mês depois. A grande questão ambiental que o Acre enfrentava no momento era a pavimentação da BR-364 para Rio Branco. O movimento dos seringueiros, conforme dizia Chico Mendes, não era contra a construção/pavimentação da rodovia, mas sim da maneira como ela era construída, sem que os devidos cuidados ambientais fossem considerados.

No mês de julho Chico Mendes recebe, em Londres, o prêmio Global 500 concedido pela UNEP (*United Nations Environment Program*), da ONU (Organização das Nações Unidas), em reconhecimento à sua luta pela defesa da floresta amazônica. E, em setembro, é homenageado com a medalha ambiental da *Better World Society*, da cadeia norte-americana de televisão CNN, na cidade de Nova York.

Toda esta visibilidade não impediu, contudo, que Chico Mendes fosse assassinado por fazendeiros em dezembro de 1988. Depois de sua morte, conforme relata Almeida (2004), o movimento dos seringueiros havia adquirido um novo perfil de organização – uma combinação de sindicatos (confederados pela CONTAG) com uma organização (Conselho) que contava com aliados ambientalistas e que tinha recursos próprios. Além disso, algumas lideranças despontaram, como é o caso, por exemplo, de Raimundo Mendes de Barros (primo de Chico Mendes), Osmarino Amâncio Rodrigues e Antônio Macedo.

¹⁰ CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS (1993). Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia. Rio Branco, Acre.

Chico Mendes ainda conseguiu ver a criação da primeira Reserva Extrativista, que aconteceu em fevereiro de 1988, no seringal São Luís do Remanso (AC). No mês seguinte, é desapropriada para se tornar RESEX a área do seringal Cachoeira (AC), que estava nas mãos de Darly Alves da Silva, mandante do assassinato do líder seringueiro. Em 1990, três dias antes de deixar o governo, o então presidente José Sarney assinou um decreto regulamentando a criação das reservas extrativistas. Em 20 anos, de 1989 a 2009, foram criadas, segundo Juan Felipe Negret¹¹, cerca de 50 Reservas Extrativistas federais, cobrindo em torno de 10 milhões de hectares em diversos biomas do Brasil (não somente na Amazônia), e existem aproximadamente outros 50 pedidos de criação para novas unidades.

Embora os números sejam expressivos, somente a criação e a delimitação das RESEX não têm conseguido satisfazer por completo as necessidades do movimento social amazônico, pois uma série de dilemas têm surgido no que diz respeito à implementação eficaz das unidades (NEGRET, 2010). As Reservas têm sido criadas, usualmente, sem que condições mínimas de infra-estrutura, incentivos, subsídios, transporte ou saúde fossem asseguradas, ou seja, apesar dos investimentos e do apoio institucional recebido, poucos são os resultados na forma de benefícios para as comunidades envolvidas.

Este fato corrobora com a necessidade da luta permanente dos seringueiros, assim como de todos aqueles inseridos na categoria de povos da floresta e de todas as pessoas comprometidas com a justiça social e preocupadas com a preservação da Amazônia. A existência de Reservas Extrativistas possibilita sanar os conflitos pela terra, o problema do alto índice de violência na região, garante trabalho e renda às populações tradicionais, assegurando o direito de continuarem exercendo suas atividades extrativistas, e mantém a floresta de pé, tudo isso ao mesmo tempo em que lança as bases do que viria a ser um modelo de desenvolvimento para além do capital. Por isso, somando-se à luta pela criação de RESEX, deve ser mantida uma atuação permanente para pressionar os órgãos públicos de modo que toda a assistência necessária seja garantida para o bom funcionamento das reservas e benefício das comunidades envolvidas. Deve-se, também, buscar por mecanismos eficazes que facilitem a cooperação dentro da Reserva, de modo a facilitar a união em torno de objetivos comuns, e por formas mais coletivas e adequadas ao ambiente para exercer as atividades econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mauro Barbosa W. **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>. Acesso: 06/06/2011.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS (1993). Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia. Rio Branco, Acre.

GRZYBOWSKI, Cândido. **O Testamento do Homem da Floresta – Chico Mendes por ele mesmo**. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MORO, Javier. **Fronteiras de sangue – a saga de Chico Mendes**. São Paulo: SCRITTA, 1993.

REVKIN, Andrew. **Tempo de Queimada, Tempo de Morte – O Assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990.

¹¹ NEGRET, Juan Felipe. **Flexibilização do capital na Reserva Extrativista Chico Mendes – o cronômetro entrou na floresta**. Uberlândia: Sociedade & Natureza (Online), 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132010000200011&script=sci_arttext. Acesso: 07/06/2011.

SHOUMATOFF, Alex. **O mundo em chamas – a devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes**. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.